

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

DIVINA ETERNA DAMAS

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE
ARAGUAPAZ**

**ARAGUAPAZ
2013**

DIVINA ETERNA DAMAS

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE
ARAGUAPAZ PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação Física da Universidade Federal de
Goiás como requisito para finalização do curso
de Orientador: Profª. Drª Ana Paula Salles

ARAGUAPAZ
2013

DIVINA ETERNA DAMAS

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DA CIDADE DE
ARAGUAPAZ PARA AS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

Esta monografia foi aprovada em sua forma final _____

Araguapaz, 26 de novembro de 2013.

Prof^a. Dr^a Ana Paula Salles
Orientadora

AGRADECIMENTOS

A Deus por iluminar meus caminhos e me guiar em momentos alegres e difíceis. A minha mãe e meus irmãos pela presença constante em minha vida, pelos ensinamentos de amor, pela força, suporte dado em todos os momentos e por acreditarem em meus sonhos. Aos familiares pela união, incentivo e palavras de carinho. A minha orientadora Ana Paula Salles pelo apoio a esta pesquisa, sempre disposto a me ajudar e tirar minhas dúvidas. Obrigada pela amizade, carinho, pelos ensinamentos fundamentais ao meu crescimento acadêmico e intelectual. A todos os professores que colaboraram na minha formação, em especial, a tutora Priscila e coordenadora Eliete pelas palavras de incentivo, preocupação com o andamento do meu TCC e pelos momentos de descontração durante esta trajetória. Aos meus velhos amigos e a nossa eterna aliança. Aos amigos que conheci na faculdade pelo incentivo, companheirismo, apoio e pelos momentos de descontração. Aos professores Elimarcia e Gean que se fez presente na minha caminhada nunca mediram esforços para me ajudar sempre que precisei. Em fim a todos que foram importantes nessa trajetória, o meu muito obrigado.

RESUMO

A acessibilidade de pessoas com deficiências nas escolas publica municipais da cidade de Araguapaz é o tema que norteia esta pesquisa. O presente estudo tem como objetivo identificar as limitações e facilidades de acessibilidade na área da Educação física e lazer de alunos com deficiência física a fim de discutir a inclusão. Para a análise dos da pesquisa utilizou-se a observação de campo dos locais. O estudo teve como resultados o levantamento das limitações enfrentadas por pessoas com deficiência ao visitar os atrativos, das facilidades que permitem a acessibilidade nesses espaços e de medidas que poderiam eliminar ou minimizar as limitações. Por meio desta pesquisa foi possível perceber que os atrativos são poucos que possuem adaptações que auxiliam a o livre acesso de pessoas com deficiência, mas nenhum garante sua acessibilidade com autonomia e independência.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Lazer e Educação Física.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	03
RESUMO.....	04
1. INTRODUÇÃO.....	07
PROBLEMA.....	09
OBJETIVO GERAL.....	09
OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	09
JUSTIFICATIVA.....	10
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	12
2.1 ACESSIBILIDADE.....	16
2.2 ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	16
3. METODOLOGIA.....	20
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	21
4.1 RELATÓRIO DAS ESCOLAS VISITADAS.....	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
6. REFERÊNCIAS.....	33
7. ANEXOS-----	36

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende questionar sobre questões de Acessibilidades nas escolas públicas da cidade de Araguapaz, e sua real importância no contexto educacional.

Acessibilidade arquitetônica é necessária em todos os ambientes de convívio social, mas ainda maior no ambiente escolar, para que o processo possa sem dúvida ser igualitário a todos. Até porque um meio físico acessível pode ser extremamente libertador e possibilitar a convívio social entre os alunos dando-lhes a oportunidade de crescer culturalmente, aprendendo uns com os outros através das experiências individuais de cada um. E também levá-los a sua valorização onde ele pode manifestar expandir e desenvolver suas atividades, de forma que com a boa convivência social pode facilitar a aprendizagem nas áreas de conhecimento em que cada indivíduo está habilitado. Pode se inferir que a aprendizagem cognitiva, não só os alunos com deficiência ou alunos sem deficiência, todos possuem condições de aprendizagem e devem ser aproveitados de acordo com a habilidade de cada um. Cada ser humano é um ser único, e suas habilidades cognitivas podem variar, exigindo um trabalho dinâmico do educador e aproveitando as habilidades de cada um. Porque todos são capazes de aprender.

Um ambiente inacessível é fator predominante na dificuldade de inclusão na escola para pessoas com deficiência. E estas barreiras podem determinar que fossem excluídos pelos obstáculos arquitetônicos na escola, onde pessoa com deficiência muitas vezes, não tem condições de acesso ou até mesmo de permanência na mesma.

No entanto na busca de uma sociedade mais justa, deve-se adquirir consciência de que todas as pessoas são diferentes, bem como suas limitações e suas capacidades de superação. E a inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência não esteja à parte, realizando atividades condicionadas e sem sentido, de forma que em nenhuma situação as crianças podem ficar fora do âmbito social escolar. Porque a inclusão é para todos, com ou sem deficiência. A inclusão escolar é mais que oportunidade, é fato de uma política educacional que resulta em valorizar o ser humano.

Sabemos de fato que não há um método ideal para se promover a inclusão e a acessibilidade, mas buscar alternativas pode ser um bom começo e para que isso ocorra, no

entanto, devemos problematizar que apesar de tomarmos atitudes diferentes, estamos sempre na busca de viver bem em harmonia.

Segundo Vygotsky (1984), o desenvolvimento e aprendizagem estão interligados desde muito cedo, sendo que a aprendizagem impulsiona e promove o desenvolvimento. Quanto mais cedo à criança for estimulada, menos impactantes serão os comprometimentos de sua deficiência.

Um defeito ou problema físico, qualquer que seja sua natureza, desafia o organismo. Assim o resultado de um defeito é invariavelmente duplo e contraditório. Por um lado ele enfraquece o organismo, mina suas atividades e age como uma força negativa. Por outro lado, precisamente porque torna a atividade do organismo difícil, o defeito age como um incentivo para aumentar o desenvolvimento de outras funções no organismo; ele ativa, desperta o organismo para redobrar atividade, que compensará o defeito e superará a dificuldade. (VYGOTSKY, 1984, p.233).

Portanto segundo o autor a capacidade de superação só se realiza a partir da integração com fatores ambientais, pois o desenvolvimento se dá no entrelaçar de fatores externos e internos. E a acessibilidade constitui um fator muito importante para o exercício da cidadania, principalmente para crianças que estão na fase inicial de suas vidas, o que o torna um tema importante de ser investigado.

PROBLEMA

As escolas públicas municipais e estaduais da cidade de Araguapaz - GO são acessíveis para pessoas com deficiência física?

OBJETIVO GERAL

Investigar a acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência física nas escolas municipais e estaduais no município de Araguapaz – GO.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar os acessos de entrada as escolas, as salas de aulas e os laboratórios das escolas;
- Aferir as medidas de acessibilidade nos banheiros das escolas;
- Averiguar a acessibilidade nos espaços de circulação e convívio das escolas;
- Verificar a acessibilidade nas salas de aula e nos espaços reservados para as aulas de educação física nas escolas.

JUSTIFICATIVA

O escopo deste trabalho é a análise das referências normativas federais sobre acessibilidade, objetivando apresentar análise dos ambientes escolares das escolas municipais da cidade de Araguapaz, estado de Goiás.

Bem se sabe que “para atender aos padrões mínimos estabelecidos com respeito acessibilidade, deve ser realizada a adaptação das escolas existentes [acessibilidade arquitetônica] e condicionada a autorização de construção e funcionamento de novas escolas ao preenchimento dos requisitos de infra-estruturas definidos [acessibilidade arquitetônica].” (Resolução CNE/CEB nº 2, de 11/9/01, art. 12, § 1º) “Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos [acessibilidade arquitetônica] para pessoas com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.” (Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art. 24). De forma que serão observadas as instituições de ensino do local para analisar suas estruturas arquitetônicas para o nível de acessibilidade aos professores e alunos das mesmas.

Portanto, em relação ao ambiente escolar podemos afirmar que dentre os inúmeros elementos em que a escola necessita para se ajustar e receber os alunos com deficiência, e conseqüentemente dificuldades à adaptação do meio físico. Logo esta pesquisa irá proporcionar entender como é este acesso de todos ao meio educacional.

Pesquisas sobre acessibilidade nos ambientes escolares, principalmente públicos, já que são de uso e direito da comunidade em geral, “é possível perceber uma tendência mais atual sobre a importância desse tema” neste determinado ambiente. (CORRÊA e MANZINI, 2008, p. 03)

Sabe-se que é difícil ter um padrão muito correto em todos os locais de acesso da população e ainda estamos longe de poder favorecer a todos o direito de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência seja ela de qualquer natureza. Neste quadro encontramos uma

situação bastante agravante quando reduzimos esta busca pelo acesso às escolas e quando tratamos de crianças que são ainda mais excluídas. Pode-se observar que em escolas públicas este acesso é ainda mais deficitário e está longe de uma solução. (AUDI e MANZINI, 2006).

2. REVISÃO DE LITERATURA

Na revisão de literatura será abordado o conceito de acessibilidade, as leis que lhe são correspondentes e a importância de sua aplicação no cenário escolar. Aqui podemos entender que a teoria se alia a prática para o desenvolvimento deste trabalho. Com os estudos teóricos pôde ser feito um estudo sob um olhar mais criterioso. Entendendo por exemplo, o que significa uma obra estar de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, associando o que deveria ser de forma ideal com o que está na sua forma real.

2.1 ACESSIBILIDADE

De acordo com o dicionário de Língua Portuguesa, Aurélio 5º edição, Curitiba, ed. Positivo, 2010, a palavra acessibilidade vem do adjetivo acessível que significa de acesso fácil, razoável, usar de recursos disponíveis, ou seja, é ter acesso, ter passagem. Desta forma ser acessível não deve ser apenas para alguns, ou para minorias e sim para todos, é para que você e ou outros tenham o direito de ir e vir independentemente das suas condições físicas.

No Brasil o tema acessibilidade começou a ser discutido numa Emenda Constitucional nº 12, de 17 de outubro de 1978, antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988. Na Carta Magna o tema é citado em seu artigo 5º, que garante o direito de ir e vir, e estabelece que “XV – é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens”.

O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. Segundo o Decreto Lei nº 5.296/04 a acessibilidade é a condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

Uma estrutura acessível vai além de uma concepção e implementação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos, devem atender aos princípios do desenho universal tendo como referência básica as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); NBR90/50:2004, tem como objetivo estabelecer critérios e parâmetro técnicos a serem observados quando um projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos a condições de acessibilidade. Já a NBR90/50:2004, define a acessibilidade como: a possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos. E define acessível como: espaço, edificações, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação.

Pessoas que necessitam se locomover em espaços comuns, mas não tem a mesma facilidade, como por exemplo, as que dependem das cadeiras de rodas, bengalas, ou mesmo de andadores encontram dificuldades nas calçadas altas e sem rampas, nas portas estreitas, uma professora cadeirante, por exemplo, que não tem a lousa da sala adaptada a altura da cadeira. Para isso é que a acessibilidade não é definida só para pessoas com algum tipo de deficiência, mas sim um problema coletivo. Pessoas idosas, crianças, pessoas cardíacas, obesas, pessoas que utilizam cadeiras de rodas, bengalas ou muletas, entre outras. Para todos que vivenciam no seu cotidiano obstáculos ou barreiras que impedem de ir e vir.

De acordo com Romeu Kazumi Sassaki (2009) podemos entender a história da acessibilidade de uma forma resumida que vai desde os anos 50 aos dias atuais. Sua pesquisa relata que houve gradativas mudanças neste processo de acordo com o passar dos anos. Faz assim um estudo minucioso de cada década, que vale a pena mencionar alguns pontos.

Na década de 50, para Sassaki (2009), os profissionais de reabilitação passam a denunciar os espaços urbanos que não possuem acessibilidade e dificultam a locomoção de pessoas com deficiência. Na década seguinte, anos 60 as universidades americanas iniciam os rompimentos destas barreiras através das mudanças arquitetônicas como áreas abertas, lanchonetes, salas de aula e bibliotecas.

Ainda para Kazumi Sassaki, nos anos 70 e 80 surgiu consecutivamente o primeiro centro de vida independente em Berkeley, nos EUA, que impulsionou no exercício da independência entre os deficientes. “Com a filosofia da declaração das pessoas deficientes: As pessoas deficientes, qualquer que seja a origem, natureza e gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade (ONU, 1975, p. 145). Já na década de 80 o lema era a participação plena e igualdade, em 1981 foi o ano da

peças deficientes. Neste mesmo ano teve a Declaração de Cave Hill: “Todas as barreiras que impeçam a igualdade de oportunidades devem ser removidas.” (DISABLEDPEOPLES’INTERNATIONAL, 1983, p. 85). No Programa Mundial de Ação relativo às Pessoas com Deficiência “os Países-Membros devem trabalhar em prol de um ambiente físico acessível para todos, abrangendo as pessoas com vários tipos de deficiência.” (ONU, 1983).

Pode se observar que na década de 90 houve o surgimento do conceito universal, saindo do paradigma da inclusão e da visão da diversidade humana ampliando o conceito de acessibilidade para abranger dimensões arquitetônicas. Foram feitas nesta época normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência. Veja o que diz a respeito as considerações das Organizações das Nações Unidas:

Os Países-Membros devem iniciar medidas que removam os obstáculos à participação no ambiente físico. Tais medidas devem desenvolver padrões e diretrizes e considerar a promulgação de leis para garantir a acessibilidade a várias áreas da sociedade, tais como moradia, edifícios, serviços de transportes públicos e outros meios de transporte, ruas e outros ambientes externos. (ONU, 1993, p.160).

Nesta mesma década foi escrita a Carta para o Terceiro Milênio, visando ampliar o acesso a recursos da comunidade em ambientes físicos e sociais. Veja:

O século 20 demonstrou que, com inventividade e engenhosidade, é possível estender o acesso a todos os recursos da comunidade - ambientes físicos, sociais e culturais. No século 21, nós precisamos estender este acesso - que poucos têm - para muitos, eliminando todas as barreiras ambientais que se interponham à plena inclusão deles na vida comunitária. (REHABILITATIONINTERNATIONAL, 1999, p.88).

Para que as chamadas Leis de Acessibilidade, nº 10.048 e 10.098, fossem regulamentadas, em 2001, foi realizada pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Deficiente - CORDE, em Brasília, a Oficina de Trabalho para as Leis Federais de Acessibilidade, a qual reuniu aproximadamente 100 pessoas, dentre representantes da sociedade civil, da administração pública federal, estadual e municipal, de universidades.(COSTA, MAIORELIMA. WWW.FSP.USP.BR/ACESSIBILIDADE).

Durante anos a luta foi grande pelo direito de ir e vir, até mesmo nos dias atuais com um grande processo tecnológico e maior qualidade de vida as pessoas ainda necessita

incorporar a defesa de todos ao direito humano. Dessa forma o tema acessibilidade se ocupa em todo o artigo 9, mas aparece também em outras partes(ONU).

Desta maneira, se pode observar que houve uma evolução de acordo com o tempo e a necessidade social de cada época. Isso também se faz saber que ainda nos dias atuais é necessário que haja mudanças grandiosas e obrigatórias. É possível observar a olho nu a falta de acessibilidade nos lugares públicos quiçá nas escolas onde a inclusão deve ser o princípio de tudo.

Não é possível desassociar inclusão de acessibilidade, para que todos possam transitar de forma independente é necessário que haja respeito mutuo pelas diferenças. As questões sobre acessibilidade foram tratadas por um olhar crítico no trabalho de mestrado de Oliveira, (2003), e também por Ribeiro, (2010), ambas em Londrina PR, as pesquisadoras relatam que as discussões relacionadas à acessibilidade surgiram após a Guerra do Vietnã quando os soldados voltaram para casa sem parte do membro, com algum tipo de deficiência. Assim, foi necessário que eles criassem condições para que essas pessoas tivessem uma vida digna e independente.

No que tange acessibilidade arquitetônica, a Lei nº 5.296/04 em seu Art. 10 consiste, na concepção e implementação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos devem atender aos 14 princípios do desenho universal, tendo como referencias básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas nesse decreto. E no 1º Artigo, define que caberá ao poder publico promover a inclusão de conteúdos temáticos referente ao desenho universal.

Podemos entender que visto as normas sob a ótica da Associação Brasileira de Normas Técnicas, as diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos. Em seu Art 11º, a construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para este tipo de edificação, deveram ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, atendidas às regras de acessibilidade prevista nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT; NBR90/50:2004 – (Norma Brasileira 9050/04) na legislação específica e neste decreto.

De acordo com esse decreto em seu Art. 15º, no planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, que se inclui na condição estabelecida que: a construção de calçadas para circulação de pedestres ou

a adaptação de situações consolidadas; o rebaixamento de calçadas para a circulação de pedestre ou a adaptação de situações consolidadas e a instalação de piso tátil direcional e de alerta. Para que possa garantir o alcance manual para as pessoas com deficiência física, em especial aquelas em cadeiras de rodas.

Acessibilidade não é determinada apenas para pessoas com alguma deficiência, mas vai além disso como algo que deve ser encarado de forma coletiva (pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência temporária, mulheres com gravidez de risco, pessoas cardíacas, obesas, pessoas que utilizam cadeiras de rodas, bengalas ou muletas, entre outras). São inúmeros os problemas e as pessoas que vivenciam todos os dias limitações, obstáculos e barreiras que os impedem de ir e vir, mesmo que este direito esteja assegurado pela Constituição Brasileira, de 1988. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

É muito importante ressaltar que o direito a acessibilidade não está somente ao direito de locomoção independente, vai muito além quando busca socialmente o direito de participar e decidir da história da humanidade seja em decisões que farão a diferença apenas na sua comunidade, sociedade ou não. Até porque, as pessoas são participativas nas ações de sua comunidade escolar, e as decisões que envolvem o bem estar comum todos deve estar imbuído de trabalho e participação ativa, independentemente da condição física ou não. Exemplo disso é o direito ao voto, direito a expressão sem censura e a informação e comunicação. As pessoas votam e escolhem quem vai governar seu município e decidem através do voto uma escolha que acredita ser melhor para si mesmo ou a todos. Outro exemplo é acreditar, por exemplo, que posso ou não escolher uma pessoa que vai gestar uma escola a fim de torná-la mais inclusa e acessível.

2.2 ACESSIBILIDADES NAS ESCOLAS PÚBLICAS

Em se tratando da questão acessibilidade nas escolas públicas encontra-se no artigo 227 da Constituição Federal Brasileira o inciso que define: - “A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de

veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência”. Mas somente no ano de 2000 o assunto foi regulamentado pelas Leis Federais nº 10.048 e 10.049, que apresentaram uma visão mais ampla. A Lei de número 10.048 foi elaborada pelo Poder Legislativo, trata de atendimento prioritário e de acessibilidade nos meios de transportes, e inova ao introduzir penalidades ao seu descumprimento. Já a Lei de nº 10.049 foi escrita pelo Poder Executivo, divide o tema acessibilidade ao meio físico, aos meios de transportes, a comunicação e informação em ajudas técnicas.

Atualmente as Leis citadas no parágrafo anterior, foram regulamentadas pelo Decreto de número 5.296, de 02 de dezembro de 2004. Este afere toda legislação estadual, municipal que disciplina o assunto. É uma resposta a lutas das pessoas com deficiência, em prol da garantia dos seus direitos.

Entendemos que a acessibilidade é um meio para alcançar a inclusão social. Desta forma, analisar prioritariamente acessibilidades nas escolas públicas é muito importante para análise das situações dos prédios em que crianças e jovens estão passando a maior parte do seu dia numa formação que deve ser de cidadania. Porque não é possível aceitar que um jovem possa ficar num ambiente totalmente inacessível e desfavorável, trazendo desconforto e aumentando as chances de discriminação e recriminação social. Pois são as escolas que formam pessoas que proporcionarão meios para que todos possam ir e vir igualmente, sem depender de suas condições físicas, o ser humano no atributo de seus direitos legais. Com isso criou-se então o Centro de Vida Independente, desenvolvido para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Em relação ao ambiente escolar, no Decreto de Lei nº 5.296/04 em seu artigo 24 diz que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, público ou privado, proporcionarão condições e acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive sala de aula, biblioteca, ginásio e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.

Colocar a disposição dos professores, alunos servidores com deficiências físicas ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas, torna o processo educativo mais fácil e prazeroso, pois diminui os esforços dentro de um circuito que deve ser comum, como o acesso de ir e vir pelos espaços físicos da escola.

Quando nos atentamos as normas da ABNT, podemos observar que dentro das dependências das instituições deverá conter piso adequado, que não apresentem mudança de

nível, banheiro adaptado com boxe individual, com bacias no tamanho adequado, barra de apoio, e localizados em locais de fácil acesso. Rampa de acesso com corrimão e inclinação apropriada. As salas de aulas deverão apresentar rampas com corrimão, portas largas com medidas adequadas e espaços adequados para que os alunos possam locomover livremente dentro das mesmas.

A perspectiva integração entende que os estudantes devem se adaptar a realidade escolar enquanto na perspectiva da inclusão as escolas devem se adequar para atender a diferenças de seus estudantes. Assim uma escola inclusiva é aquela que se modifica para atender as diferenças. Essa integração se dá ao comunicarmos de forma a efetiva e afetiva sobre o processo de ensino aprendizagem. Pode se observar que Sanches e Teodoro completam esta idéia ao afirmar que na educação inclusiva o maior desafio é o malabarismo que tem de ser feito pelos profissionais para adequar o real ao ideal.

“... a heterogeneidade do grupo não é mais um problema, mas um grande desafio a criatividade e ao profissionalismo dos profissionais da educação, gerando e gerindo mudanças de mentalidades, de políticas e de praticas educativas”. Sanches & Teodoro (2006, p. 72)

Destaca-se então, que a inclusão é uma perspectiva que trata de pensar o sistema de ensino como capaz de incluir todas as diferenças, sejam elas raciais, religiosas, de orientação sexual, de condições socioeconômicas ou de deficiências sem que haja necessidade de escondê-las ou negá-las. Porque somos diferentes e temos o direito de assim ser.

De acordo com a UNESCO, (1994, p.11 e 12), o principio fundamental da escola inclusiva é de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem. Na lei nº 5.296/2004, é um direito de todos poderem freqüentar um ensino digno com qualidade, mas como vem sendo respeitado esse direito em relação à acessibilidade nas escolas? Se for de todos os direitos de ir e vir de acordo com a Constituição Federal Brasileira, como as escolas afazem usos desse direito?

O que se sabe é que para que se tenham esse direito reservado e mantido nas instituições de ensino, estas devem propiciar aos alunos o direito de se locomover de forma mais independente dentro de suas instalações. Com possibilidades de agregarem uns aos

outros sem restrições de departamentos, ou exclusões de espaços, que possam se tornar exclusões ainda maiores do que físicas e também psicológicas.

Assim voltamos a Lei nº 5.296/2004 ora já vista anteriormente para analisar em seu artigo 24 e fazer valer uso de um deste direito. Observe:

[...] os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, público ou privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aulas, biblioteca auditórios, ginásio e instalações desportivas, laboratórios, área de lazer e sanitários. (p.256)

Não dá para dissociar acessibilidade de educação, esta faz parte do processo de ensino até, porque cabem as instituições o dever de formar cidadão críticos e conscientes capazes de respeitar o direito do próximo. O que leva a considerar o fato de que lugares públicos, principalmente as escolas necessitam se enquadrar as normas da ABNT, numa legislação que garante o acesso possível nos prédios e construções.

§ 1º para a concessão de autorização de funcionamento, de abertura ou renovação de curso pelo Poder Público, o estabelecimento de ensino deverá comprovar que:

I – esta cumprindo as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação prevista nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica ou neste Decreto.

II – colocar a disposições de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiências físicas ou com mobilidades reduzidas ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas;

III – seu ordenamento interno contém normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo cumprimento dessas normas.

(Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 1996.)(LDB, 1996, p.321)

Compete a instituição de ensino cumprir as exigências desse decreto, para que as pessoas com algum de deficiência sejam tratadas de igual para igual, que seu direito seja respeitado em qualquer circunstância. As instituições de ensino deverão se adaptar com rampas de acesso desde a entrada da escola para garantir a independência de todos que a freqüentam, até as dependências internas como banheiro, sala de aula, refeitório e outros.

É importante que o deficiente consiga entrar nas instalações de forma independente, com piso não escorregadio e corrimão adequado para alunos cadeirantes ou com algum tipo de deficiência. Bebedouros adaptados e localizados em locais de fácil acesso que permitam serem operados manualmente. Rampa de acesso com corrimão e inclinação apropriada para a quadra esportiva e espaços reservados para cadeiras de rodas. As salas de aulas deveram apresentar rampas de acesso com corrimão para facilitar o deslocamento dos alunos, portas largas com medidas adequadas e espaço adequado dentro da sala de aula, para que o aluno possa se locomover livremente dentro das mesmas.

É importante que a escola possua o símbolo de acessibilidade, é fundamental que as pessoas identifiquem que aquela instituição de ensino tem condições de acessibilidade em suas instalações capazes de receber bem a todos.

Assim, todos os órgãos públicos entre eles a escola, devem oferecer condições efetivas a todo e qualquer cidadão que venha a necessitar dos seus serviços, independente de sua condição individual.

Uma estrutura arquitetônica ideal é aquela capaz de agregar os valores humanos à necessidade física individual do ser. Se este ser faz uso de cadeira de rodas por exemplo, goza dos direitos de entrar livre e independente em qualquer espaço onde outros são capazes de entrar fazendo uso dos mesmos. Para tanto precisará de rampas, portas mais largas, ausência de degraus, e banheiros adaptados, tudo de acordo com as normas da ABNT.

3. METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de campo de caráter descritivo exploratório. Em uma pesquisa de caráter descritivo, os dados serão analisados e correlacionados para então serem descritos, evidenciando a frequência com que ocorrem. (CERVO & BERVIAN, 2002).

Para a realização desta pesquisa serão investigadas escolas públicas do município de Araguapaz. Sendo Araguapaz um município pequeno, com 7.514 habitantes, conta apenas com sete escolas, sendo que duas destas escolas são rurais. Duas escolas estão sob administração do Estado e cinco sob administração do Município.

Em análise para o desenvolvimento da pesquisa, estarão as escolas municipais, as quais oferecem modalidades de ensino infantil desde a alfabetização ao 5º ano do Ensino Fundamental 1º fase. Os dados serão coletados e registrados em ficha técnica, ver modelo em anexo.

Em relação aos itens gerais que compõe a ficha técnica, observa-se que há na planilha um roteiro com as medidas adequadas para análise das acessibilidades nas escolas. A ficha possui a descrição da escola e os dados corretos de acordo com ABNT do que é necessário para a entrada da escola, para a área de circulação, para os espaços na sala de aula, banheiros, e locais para educação física. Assim também com espaços para que o acadêmico pesquisador possa atribuir os dados reais da escola em pesquisa e fazer sua análise comparativa, mostrando assim a real situação das escolas de Araguapaz e sua infra-estrutura arquitetônica em relação às acessibilidades contidas ou necessárias em cada uma.

Vale mencionar também que para a realização deste fez se necessário o consentimento de participação da instituição no projeto de pesquisa, sendo preenchido pela Secretaria de Educação do Município.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Num primeiro momento contextualizam-se os dados de cada escola visitada, para num segundo momento analisá-los em conjunto. Fazendo comparações entre as regras arquitetônicas da ABNT e as condições das mesmas.

A Escola 01 esta situada no leste, conta com o total de 185 alunos sendo 04 alunos com deficiência, dois com deficiência física, mais precisamente hemiplegia o que compromete sua locomoção. E dois com deficiência mental um moderada e o outro severa.

A escola possui três salas, funciona no turno matutino e vespertino e atende alunos do 4º e 5º ano do ensino fundamental. Esta sob a direção da secretaria municipal de educação.

No momento da visita foi possível perceber que a escola não foi projetada para receber alunos com deficiência a única rampa que há na escola é na entrada com 5% de inclinação, as calçadas são altas medindo 0,50m de altura e ainda não tem adaptações,

portanto não se adequa as regras gerais estabelecidas nos padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

Não há banheiro adaptado, e neles há um corredor de entrada no qual é muito estreito 0,60m tornando impossível o acesso para uma pessoa com cadeira de rodas. E no banheiro masculino os corredores são muito estreitos também com 0,60m de largura faz uma curva entre o primeiro e segundo corredor.

As portas das salas de aula são estreitas e possui degraus com 0,05 de altura privando o deficiente físico do seu direito de ir e vir sem dificuldade.

A borda inferior da lousa e de 0,89m esta de acordo com as normas da ABNT. A área de circulação entre as mesas e a lousa para manobra de cadeira de rodas esta de acordo com as normas da ABNT, pois ela é de 1,50m e o mínimo que indica a norma também e de 1,50m.

A área de circulação entre as mesas é 0,96m e está de acordo com a norma da ABNT. Os interruptores de energia estão instalados na altura de 1,27m enquanto as indicações da norma devem estar no máximo a 1,00m a partir do solo.

Na área de convívio a piso não é escorregadio, mas está danificado com buracos dificultando assim o livre acesso. O bebedor tem altura de 0,80m e está proporcional para o acesso da pessoa com deficiência, pois de acordo com as normas da ABNT o padrão necessário é de até 0,90m. O espaço onde acontecem as aulas de educação física é improvisado, pois a escola não tem quadra e este espaço é de difícil acesso tem muito cascalho e é escorregadio. E na escola possui alunos com deficiência nos quais ficam limitados a desenvolver qualquer tipo de atividade física e até mesmo de se locomover durante o recreio e nas aulas pratica de Educação Física.

Escola 01: possui:

✓ Rampa:

Uma rampa: com inclinação de 5% adequado com a norma.

✓ Banheiros não adaptado com:

Portas estreitas com 0,76m de largura,

Comprimento 1,20m por 0,98m de largura inadequada com relação à norma.

Pias com altura 0,84m, acima da norma.

Válvula de descarga altura 1,10m fora da norma.

Bacia de acento: altura 0,50m ultrapassando a norma.

✓ Área de convívio:

Bebedouro: com a altura de 0,80m, dentro da norma.

Mesas de refeitório coletivo inexistentes.

Corrimãos inexistentes.

✓ Salas de aula:

Área de circulação: entre as mesas 0,90m dentro da norma.

Área de circulação: entre as mesas e a lousa 1,50m dentro da norma.

Portas de entrada para sala de aula: largura 0,79m, e degrau de 0,05m de altura fora da norma.

Lousa, altura da borda inferior: 0,89m, dentro da norma.

Interruptores: altura 1,27m, fora da norma.

A escola **02**, situada no sul, conta com um total de 103 alunos, sendo um aluno com deficiência física, mais especificamente hemiplegia, o que compromete sua locomoção. A escola funciona no turno matutino e vespertino e atende alunos da educação infantil ao 5ºano do ensino fundamental.

É uma escola pequena que possui três salas de aula, sendo uma das salas improvisadas para ser a secretaria da escola, porque a escola não tem espaço apropriado para funcionamento administrativo. A porta da sala da secretaria é estreita e com um degrau, as que são salas de aula já apresentam portas mais largas com 086m, e as rampas com inclinação de 5%, portanto as portas e rampas possuem o padrão para acesso, adequando-se as normas da ABNT.

Na entrada da não possui rampa só nos fundo onde se da à entrada para as salas de aula, mas a rampa não é de acordo com as normas da ABNT, pois está possui a inclinação de 11%, e conforme as normas deveriam ter a inclinação de 5 a 6% de inação para estar de acordo com a ABNT.

As portas possuem rampas e estas estão de acordo com as normas, pois sua inclinação é de 0,05. A borda inferior da lousa é de 0,93m, enquanto o mínimo deveria ser 0,80m, estando neste sentido mais alta do que indica a norma, dificultando o acesso de pessoas em cadeira de rodas a lousa.

As salas de aulas são pequenas e um número muito grande de alunos por sala, o que torna o espaço entre carteiras muito reduzido, não sendo acessível, pois a área de circulação entre as carteira é 0,50m, o que de acordo com as normas da ABNT deveria ter o

mínimo de 0,90m. A área de circulação entre as mesas e a lousa nas salas é de 0,90m enquanto a indicação da norma aponta para 1,50m.

Na escola não há carteira escolares adaptadas. Os interruptores de energia elétrica estão instalados com a altura de 1,25m os quais também deveriam estar localizados entre 0,60m e 1,00m a partir do solo. Os banheiros não são adaptados e com pouco espaço, medindo 1,10m de largura e 1,90m de comprimento, devido o comprimento ser pequeno e nele possuir o lavatório torna-se muito apertado dificultando o acesso para quem tem deficiência se locomover dentro dele, pois de acordo com a norma deveria ter no mínimo 150m por 150m, livre. O bebedouro tem altura de 0,90m e está proporcional para o acesso da pessoa com deficiência. A escola não possui quadra de educação física, sendo as aulas de educação física realizadas em um pátio grande, no entanto, este possui muito declive, o que a deixa desnivelado dificultando assim o acesso para os alunos com deficiência. Descarta-se ainda que o pátio não seja coberto.

A Escola 02 possui:

✓ Rampas:

Uma rampa de entrada na escola com inclinação de 11%, fora da norma.

Rampas na entrada das salas com inclinação de 5%, todas dentro da norma.

Rampa da área de convívio com inclinação de 11% fora da norma.

✓ Banheiros não adaptado com:

Portas estreitas com 0,87m.

Espaços com comprimento de 1,90m por 1,10m de largura, sendo inadequados em relação à norma.

Pias com altura 0,84m, ultrapassando a altura da norma.

Válvula de descarga com a altura de 1,00m, acima da norma.

Bacia de acento com altura 0,50m, fora da norma.

✓ Área de convívio:

Bebedouro com a altura de 0,90m, dentro da norma.

Mesas de refeitório coletivo inexistentes.

Corrimãos inexistentes.

✓ Salas de aula:

Área de circulação entre as mesas 0,55m, fora da norma.

Área de circulação entre as mesas e a lousa 0,90m, fora da norma.

Portas de entrada para sala de aula com largura 0,86m, dentro da norma.

Interruptores: altura 1,25m, acima da norma.

Lousa com altura da borda inferior medindo 0,93m, fora da norma.

A Escola **03** esta situada no Oeste e tem o total de 297 alunos e quatro com deficiência. Dentre eles, uma com seqüela de um tumor cancerígeno, outro com má formação neonatal na qual teve um dos membros inferior comprometido e tem dificuldade de locomoção, um com baixa visão e um com deficiência mental moderada.

A escola tem seis salas e atende alunos do jardim ao e 3º ano nos períodos matutino e vespertino. E no período noturno atende os alunos do EJA. Ela esta sob a direção da secretaria municipal de educação.

No momento da visita foi possível perceber que o prédio é propriedade do governo estadual e foi emprestada por 02 anos para o governo municipal, pois nesta escola estava funcionado o programa estadual que é o centro de convivência juvenil onde são oferecidos varias oficinas para toda a comunidade e pelo motivo do município estar sem prédio para funcionamento desta escola foi feito a troca onde o prefeito alugou outro espaço menor para o centro.

A escola não passou por nenhuma adaptação e nela só tem uma rampa na entrada, mas no final da rampa com 10% de inclinação há degraus com 0,05m, de acordo com as normas estão inadequadas, para no padrão adequado a rampa deveria ter a inclinação entre 5 a 6% e ausência do degrau. Todas as salas têm degraus nas portas com 0,05m.

Portanto nela não há acessibilidade são quase impossíveis os alunos com deficiência se locomover devido às barreiras que encontram.

As portas com largura de 0,67m estão inadequadas, pois para estar dentro da norma deveria ter no mínimo 0,80m, no entanto é difícil para um cadeirante ou pessoa com dificuldade de locomoção ter livre acesso e o direito de ir e vir sem dificuldade. Os interruptores se localizam 1,27m da borda inferior ao solo o que conforme a norma da ABNT deveria estar no máximo de 1,00m.

A de circulação entre a lousa e as carteiras é de 1,50m, e entre as mesas é de 0,98, ambas estão dentro da norma.

A escola possui uma quadra e nela não tem rampa e sim degraus e de acordo com as normas da BMT deverá ser feitas adaptações substituindo os degraus por rampas.

As calçadas são altas e ainda não tem adaptações, não há banheiro adaptado à porta de entrada deste possui uma largura abaixo do mínimo da norma que é de 0,80m, apenas a altura dos vasos é dentro das normas 0,40m, onde a pessoa com deficiência não ira ter dificuldade, mas o espaço dentro dele é impossível entrar uma pessoa com cadeira de rodas e mesmo o que tem dificuldade para se locomover irá ter dificuldade em se locomover dentro dele, pois seu comprimento é 1,00m por 0,60m de largura. As salas de aula são grandes e o espaço de uma carteira para a outra é 0,98m, acessível, pois de acordo com a norma o mínimo seria 0,90m, entre as mesas e a lousa 1,50m dentro do mínimo da norma da ABNT, os interruptores se encontra na altura de 1,27m, e deveriam estar entre 0,60m a 1,00m, para estar dentro da norma da ABNT. O espaço onde acontecem as aulas de educação física é bom, mas não acessível para um deficiente físico, devido à entrada para a quadra não ter rampas e sim degraus, mas dentro da quadra é possível acontecer os jogos adaptados, o bebedor tem altura proporcional para o acesso do deficiente, pois este tem altura de 0,78m, e se encaixa nas medidas da BMT.

Escola 03: possui:

✓ Rampa:

Uma rampa de entrada na escola com inclinação de 10% não adequado com a norma.

✓ Banheiros não adaptado com:

Portas 0,70m de largura fora da norma.

Espaços comprimento 1,00m por 0,60m de largura inadequada com relação à norma.

Pias com altura 0,80m, dentro da norma.

Válvula de descarga altura 1,13m fora da norma.

Bacia de acento: altura 0,40m de acordo com a norma.

✓ Área de convívio:

Bebedouro: com a altura de 0,78m, dentro da norma.

Mesas de refeitório coletivo inexistentes.

Corrimãos inexistentes.

✓ Salas de aula:

Área de circulação: entre as mesas 0,98m dentro da norma.

Área de circulação: entre as mesas e a lousa 1,50m dentro da norma.

Portas de entrada para sala de aula possuem degraus de 0,05m, e largura aferida porta é de 0,67m fora da norma.

Lousa, altura da borda inferior: 0,89m, dentro da norma.

Interruptores: altura 1,27m, fora da norma.

✓ Quadra:

Rampa inexistente, degrau de 0,30m inadequado.

Quadra com 30m de comprimento por 18m de largura e piso ante derrapante dentro da norma.

A Escola **04** esta situada na zona rural/norte e tem o total de 84 alunos. Não há aluno com deficiência física, mas tem uma aluna com baixa visão, à escola conta com oito salas e nela são atendidos alunos do jardim ao e 9º ano e funciona apenas no período vespertino devido os alunos dependerem do transporte escolar.

E uma escola com espaço físico bem pequeno, pois antes funcionava multi-seriado e após alguns anos foi feito adaptações para o funcionamento em seriado então as salas foram divididas, e por esse motivo o espaço tornou se muito reduzido.

No momento da visita foi possível perceber que a escola passou por mais algumas adaptações como rampa de entrada com inclinação de 5% dentro das normas da ABNT. Também foram feitas rampas nas portas com inclinação de 6%, dentro da norma, facilitando assim o livre acesso para o cadeirante e garantindo seu direito de ir e vir sem dificuldade.

Na área de convívio há um corredor com 3,10m de largura e está de acordo com as normas da BMT. O bebedor tem altura proporcional para o acesso do deficiente, e se encaixa nas medidas da BMT com 0,78m.

Quanto às calçadas são altas com 0,30m de altura até o solo e ainda não tem adaptações.

Não há banheiro adaptado à porta de entrada deste possui uma largura 0,86m o qual esta dentro das normas onde a pessoa com deficiência não ira ter dificuldade, mas o espaço dentro é pequeno tendo comprimento de 1,34m por 0,94m de largura e de acordo com a norma é inadequado, pois torna se impossível um cadeirante se locomover dentro dele, pois o mínimo de acordo com norma deveria ser de 1,50m de largura por 1,50m de comprimento.

Como já foi descrito anteriormente as salas de aula conta com rampas nas portas de entrada com inclinação de 6%, e a largura de 0,89m ambas adequadas à norma da ABNT.

Mas, no entanto é muito pequenas isto é muito estreita e nelas não é possível um aluno cadeirante se locomover, pois as carteiras ficam muito juntas tendo um espaço de circulação entre as mesas de 0,66m e de acordo com as normas deveria ser no mínimo de 0,90m. Entre as mesas e a lousa o espaço é de 1,00m e conforme a norma está inadequada. A altura da borda inferior da lousa é de 0,84m esta de acordo com a norma. E a altura dos interruptores até o solo é de 1,20m fora da norma, pois deveriam estar localizados no máximo a 1,00m a partir do solo. Na escola não possui carteiras adaptadas.

O espaço onde acontecem as aulas de educação física é bom, mas não acessível para um deficiente físico, pois só existe um campo de areia no qual para ter acesso a ele encontra barreiras nas calçadas, e o gramado é afastado da escola aproximadamente a 200m e no percurso existe muito declive e pedras.

Escola 04: possui:

✓ Rampa:

Uma rampa de entrada com inclinação de 5% dentro da norma.

Rampa de entrada nas salas com inclinação de 6% dentro da norma.

✓ Banheiros não adaptado com:

Portas 0,86m de acordo com a norma.

Espaços comprimento 1,34m por 0,94m de largura inadequada com relação à norma.

Pias com altura 0,80m, dentro da norma.

Válvula de descarga altura 0,90m dentro da norma.

Bacia de acento: altura 0,40m de acordo com a norma.

✓ Área de convívio:

Corredor de circulação 3,10 de largura adequado à norma.

Bebedouro: com a altura de 0,78m, dentro da norma.

Mesas de refeitório coletivo inexistentes.

Corrimãos inexistentes.

✓ Salas de aula:

Área de circulação: entre as mesas 0,66m fora da norma.

Área de circulação: entre as mesas e a lousa 1,00m não adequado à norma.

Portas de entrada para sala de aula largura 0,89m dentro da norma.

Lousa, altura da borda inferior: 0,84m, dentro da norma.

Interruptores: altura 1,20m, fora da norma.

Carteira adaptada inexistente

✓ Local das aulas de Educação Física:

Campo de areia e gramado inadequado de acordo com a norma.

Rampa inexistente.

A Escola05 esta situada na zona rural/sul, tem o total de 56 alunos e não tem alunos com deficiência. A escola conta com oito salas de aula, e nela são atendidos alunos do jardim ao e 9º ano e só funciona no período vespertino devido os alunos dependerem do transporte escolar.

No momento da visita foi possível perceber que a escola passou por algumas adaptações como rampa no portão de entrada com inclinação 10% inadequado de acordo com a norma da ABNT, Também foram feitas rampas nas portas com inclinação de 5%, dentro da norma facilitando assim o livre acesso para o cadeirante garantindo seu direito de ir e vir sem dificuldade.

Na área de convívio há um corredor com 1,30m de largura e está de acordo com as normas da BMT. O bebedor tem altura proporcional para o acesso do deficiente, e se encaixa nas medidas da BMT com 0,78m.

Quanto às calçadas são altas com 0,20m de altura até o solo e ainda não tem adaptações.

Não há banheiro adaptado à porta de entrada deste possui uma largura 0,58m o qual não esta dentro das normas pois o mínimo deveria ser 0,80m. O espaço dentro é proporcional tendo comprimento de 2,00m por 2,00m de largura e de acordo com a norma é adequado, é possível um cadeirante se locomover com facilidade.

Como já foi descrito anteriormente as salas de aula conta com rampas nas portas de entrada com inclinação de 5%, e a largura de 0,87m ambas adequadas à norma da ABNT.

Mas, no entanto é muito pequenas isto é muito estreita, mesmo tendo um pequeno número de alunos por sala é impossível um aluno cadeirante se locomover, pois as carteiras ficam muito juntas tendo um espaço de circulação entre as mesas de 0,60m e de acordo com as normas deveria ser no mínimo de 0,90m. Entre as mesas e a lousa o espaço é de 1,50m e conforme a norma está adequada. A altura da borda inferior da lousa é de 0,90m esta de acordo com a norma. A altura dos interruptores até o solo é de 1,50m fora da norma, pois

deveria se localizar no máximo 1,00m a partir do solo. Na escola não possui carteiras adaptadas.

O espaço onde acontecem às aulas de educação física é improvisado, mas não acessível para um deficiente físico, pois é cheio de declive e cascalho inadequado de acordo com as normas.

Escola 05: possui:

✓ Rampa:

Uma rampa: com inclinação de 5% dentro da norma.

Rampas de entrada das salas com inclinação de 6%

✓ Banheiros não adaptado com:

Portas 0,58m abaixo da norma.

Espaços comprimento 2,00m por 2,00m de adequado com relação à norma.

Pias com altura 0,82m, fora da norma.

Válvula de descarga altura 0,80m dentro da norma.

Bacia de acento: altura 0,40m de acordo com a norma.

✓ Área de convívio:

Corredor de circulação 1,30 de largura adequado à norma.

Bebedouro: com a altura de 0,78m, dentro da norma.

Mesas de refeitório coletivo inexistentes.

Corrimãos inexistentes.

✓ Salas de aula:

Área de circulação: entre as mesas 0,60m abaixo da norma.

Área de circulação: entre as mesas e a lousa 1,50m adequado à norma.

Portas de entrada para sala de aula largura 0,87m dentro da norma.

Lousa, altura da borda inferior: 0,90m, dentro da norma.

Interruptores: altura 1,50m, fora da norma.

Carteira adaptada inexistente

✓ Local das aulas de Educação Física:

Campo improvisado e com declive, inadequado de acordo com a norma.

Neste segundo momento da análise descritiva faremos uma correlação dos dados encontrados. As escolas que não encontram nas normas impossibilitam o acesso de cadeira rodas ou de pessoas com mobilidade reduzida.

Em relação às rampas podemos identificar que as escolas 1,4 e 5 estão dentro das normas. Sendo que todas as três rampas de entrada possuem inclinação de 5%. As escolas 2 e 3 estão fora da norma. Na escola 2 uma rampa de entrada com inclinação de 11%, na escola 3 a outra rampa de entrada com inclinação de 10%, ficando assim ambas, respectivamente, fora das normas da ABNT.

Em relação às rampas na entrada das salas de aula, podemos observar que as escolas 1 e 3 não possuem rampas e sim degraus, o que as deixa também fora das normas adequadas.

De acordo com as normas da ABNT as salas de aula devem ter acesso com rampas com inclinações de 5%, assim as escolas 2, 4 e 5 estão de acordo pois cada uma delas possuem rampas na entrada das salas com inclinação entre 5% e 6%.

No que tange a área de convívio social dos alunos, é possível perceber que as cinco escolas estão fora das normas gerais, pois nenhuma das escolas em estudo tem rampas de acesso.

Quanto aos banheiros as cinco escolas não possuem banheiros adaptados e apenas escola 5 apresenta medidas de acordo com ABNT, sendo que as escolas 1, 2, 3 e 4 estão inadequadas, pois o banheiro de cada uma delas tanto para o aluno quanto para o funcionário não tem acessibilidade ao deficiente. No entanto as pias das escolas 1 e 2 estão acima da norma e as escolas 3, 4 e 5 estão adequadas a norma.

As válvulas de descarga dos banheiros nas escolas 4 e 5, estão de acordo com o padrão, já as escolas 1, 2 e 3, precisam ser reajustadas as normas possíveis de alcance. Contudo é visto no parágrafo acima que nenhum dos banheiros das escolas se enquadra as regras para acessibilidade mínima. Quanto as bacias de acento nas escolas 1 e 2, ambas estão acima do exigido por lei, se tornando de difícil acesso para as crianças. Enquanto nas escolas 3,4 e 5 as bacias de acento já se encontram de acordo com a norma da ABNT, o que não altera muito para a escola em que a porta do banheiro não está no tamanho e largura adequada para um cadeirante, por exemplo.

Nas escolas 4 e 5 possui corredores de circulação e estão de acordo com a norma. As escolas 1, 2 e 3 não possuem corredores.

Em relação aos bebedouros as cinco escolas estão de acordo com a norma da ABNT.

A área de circulação entre as mesas das escolas 1 e 3, estão de acordo com as regras estabelecidas pela ABNT. Já as escolas 2, 4 e 5 estão fora dessas normas. Os espaços

que ficam entre as mesas e cadeiras dos alunos e a lousa estão adequadamente corretos somente nas escolas 1, 3 e 5, enquanto as escolas 2 e 4 estão inadequadas a norma.

Com relação às portas de entrada as escolas, as 1 e 3 não estão de acordo com a norma, porque tem o espaço menor que o necessário. Quanto às escolas 2, 4 e 5 os portões de entrada estão dentro dos padrões adequados à ABNT.

Quanto a altura da borda inferior da lousa quatro escolas estão dentro da norma sendo elas a 1, 3, 4 e 5, apenas a escola 2 está fora da norma.

Os interruptores das cinco escolas estão instalados fora da norma.

Também se consta inexistente nas cinco escolas os itens como: carteiras adaptadas, mesas de refeitório, corrimãos e banheiro adaptado.

Apenas a escola 3 possui quadra mas nela não há rampa.

Com tudo isso se pode observar que as escolas do município de Araguapaz, Goiás, em seu total estão desapropriadas para o nível de acessibilidade e inclusão de alunos com deficiência física. O que se pode concluir é que todas estas escolas precisam de adequações em suas estruturas físicas e arquitetônicas para serem consideradas com o mínimo possível de condições acessíveis para se tornarem inclusivas, capazes de oferecer através de seus espaços o respeito pelo direito de ir e vir de todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de mostrar através de pesquisa de campo feita nas escolas de Araguapaz o nível de acessibilidade arquitetônica das escolas públicas da cidade de Araguapaz para as aulas de Educação Física. Em suma pôde-se observar que das cinco escolas observadas nenhuma está totalmente de acordo com as normas da ABNT. Ora uma ou outra foge das regras gerais da ABNT. Desta forma seria imprescindível que as gestões se atentassem a literatura da acessibilidade e sua real importância no aspecto educativo e político.

A acessibilidade em todos os planos é imprescindível à inserção de todas as pessoas na sociedade. Deve-se então, contar com as formas adequadas de divulgação sobre os conceitos acessibilidade e deficiência como importantes aliadas neste processo.

E ainda na execução de um projeto de pesquisa desta magnitude é possível observar a necessidade em que os seres humanos são impostos às formas acessíveis de arquitetura, tanto urbana quanto públicas e privadas.

Numa constância a falta de qualidade referente à implantação das acessibilidades nas escolas públicas traz transtorno e falta de qualidade também no aprendizado e formação social dos alunos. Foi também possível observar que esta questão e recorrente problema são de difícil solução no panorama não só municipal, mas também brasileiro.

Uma das ações que avaliamos neste presente projeto são as prioridades das escolas municipais de Araguapaz no aspecto arquitetônico em termo de acessibilidade de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas, mesmo que ainda não tenham alunos com deficiência em suas salas de aula, sobre as necessárias adaptações e recursos físicos.

6.REFERÊNCIAS

ABNT. Norma Técnica Brasileira NBR9050. **Acessibilidade a edificação mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.** 2 edição, 2004.

BOBATH, B: Uma base Neurofisiológica para o tratamento da Paralisia Cerebral. Manole LTDA. 2 edição. Ex.1 . 1990.

BOBBIO, N. Igualdade e Liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BRASIL. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Acessibilidade – Brasília:** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005. 60p.

BRASIL. Decreto nº. 3.298 (20/12/1999). Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm>. Acesso em: 20 nov.2005.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Disponível em:<www.planalto.gov.br/ccivil/_03/decreto/2001/d3956.htm>. Acesso em: 20 out.2005.

BRASIL. Lei nº. 10.048, de 08 de Novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Diário Oficial [**da República Federativa do Brasil**], Brasília. Disponível em: https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm>. Acesso em: 10 dez.2004.

BRASIL. Lei nº. 10.098, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial [**da República Federativa do Brasil**], Brasília. Disponível em:<https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 10 dez.2004.

BRASIL. Lei nº. 10.683, de 28 de Maio de 2003. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Diário Oficial [**da República Federativa do Brasil**], Brasília. Disponível em:<https://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.683.htm>. Acesso em: 22 nov. 2005.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2002.

CERVO, A.L. e BERVIAN, P.A. Metodologia Científica. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Prentice Hall, 2002

COSTA, N. F.da e FARIA. L. Auto-conceito e equitação adaptada em portadores de paralisia cerebral. 2º Seminário Internacional de Educação Física, Lazer e Saúde – Novos modelos de análise e intervenção. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, 1-4 Jun. 2005. Edição em CD-ROM.

Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 1996.

OLIVEIRA. E. T. G. Acessibilidade na Universidade Estadual de Londrina: o ponto de vista do estudante com deficiência. Tese – Universidade Paulista – Unesp Marília (2003).

THOMAS, J. & NELSON, J. Métodos de pesquisa em atividade física e saúde. 3ª ed. São Paulo: Artmed Editora, 2002.

<http://www.fsp.usp.br/acessibilidade>

7. ANEXO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
ENSINO A DISTÂNCIA



CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO NO PROJETO DE PESQUISA

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo:
_____, como sujeito. Fui
devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador:
_____ sobre a pesquisa e os procedimentos nela
envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha
participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer
momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de minhas
relações com a Universidade e/ou os serviços prestados por ela.

Goiânia, ____/____/2013.

Assinatura do sujeito/responsável.

Presenciamos o acordo firmado entre pesquisador e sujeito da pesquisa.

Nome: _____ Assinatura: _____
Nome: _____ Assinatura: _____

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS – UFG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA – FEF
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – EAD

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO E MEDIDAS - ACESSIBILIDADE NA ESCOLA

DESCRIÇÃO DA ESCOLA

Cidade/Município: _____
 Nome da Escola: _____
 Bairro em que esta situada: _____ Número de estudantes matriculados na escola: _____
 A escola possui estudantes com deficiência? () Não () Sim - Número de estudantes com deficiência _____
 Tipos de Deficiência: _____
 A escola possui quantos andares/pavimentos: _____
 Como se dá o acesso aos andares/pavimentos superiores: () escada () elevador () rampa

ENTRADA DA ESCOLA

1. Da calçada para dentro da escola é necessário rampa de acesso? () Não () Sim
 2.1 A escola possui esta rampa de acesso? () Não () Sim

Desnível	Inclinação máxima
Mais de 1m	Até 5%
De 0,80m a 1m	Até 6,25%
Até 0,80m	Até 8,33%

$$i = \frac{h \times 100}{c}$$



i=inclinação; h=altura/desnível; c=comprimento

Comprimento da régua de nível (em cm): _____

Altura (em cm): _____

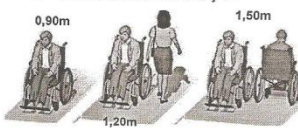
$$i = \frac{h \times 100}{c} = \frac{\quad \times 100}{\quad} = \quad \%$$

Inclinação: _____ %

Adequado () Não adequado ()

ÁREA DE CIRCULAÇÃO

1. Corredores de circulação:



Largura Aferida: _____

- () Não adequado (Menor que 0,89m)
 () Uma pessoa em cadeira de rodas (igual ou maior que 0,90m)
 () Uma pessoa em cadeira de rodas e um pedestre (entre 1,20m a 1,50m)
 () Duas pessoas em cadeira de rodas (entre 1,50m a 1,80m)

2. A escola apresenta corrimãos para o livre acesso dos estudantes nas dependências da escola? () não () sim

Corrimão duplo: Altura do apoio mais baixo: _____ (0,70m)

Altura do apoio mais alto: _____ (0,92m)

Adequado () Não adequado ()

Corrimão único: Altura: _____

3. A escola possui bebedouros adaptados para os estudantes com deficiência? () não () sim

Altura da Bica (saída da água): _____ (0,90m)

Adequado () Não adequado ()

4. Quanto às áreas de convívio no pátio da escola:

4.1 Possuem piso antiderrapante? () não () sim

4.2 Estas áreas são acessíveis às pessoas em cadeira de rodas? () não () sim

Em caso negativo explique as razões: _____

5. As mesas do refeitório da escola.



Avanço frontal aferido: _____ (0,50m mínimo)

Altura livre inferior (abaixo da mesa) aferida: _____ (0,73m mínimo)

Adequado () Não adequado ()

6. Preencher somente se a escola possuir dois pavimentos e se o acesso ao piso superior for por rampa.

Comprimento da régua de nível (em cm): _____ Altura (em cm): _____

$$I = \frac{h}{C} \times 100 = \frac{\quad}{\quad} \times 100 = \quad = \quad \%$$

Inclinação: _____ %

Adequado () Não adequado ()

SALAS DE AULA

1. Largura das portas das salas de aula.

Largura Aferida: _____ (0,80m largura mínima).

Adequado () Não adequado ()

2. Quadro/Lousa.

Altura da Borda Inferior Aferida: _____ (0,90m altura máxima da borda inferior)

Adequado () Não adequado ()

3. Altura dos interruptores de energia elétrica.

Altura: _____ (entre 0,60m e 1,00m)

Adequado () Não adequado ()

4. As salas possuem carteiras escolares adaptadas? () não () sim

Avanço frontal aferido: _____ (0,50m mínimo)

Altura livre inferior (abaixo da mesa) aferida: _____ (0,73m mínimo)

Adequado () Não adequado ()

4.1 Estas carteira estão localizadas em todas as salas? () não () sim



5. Área de circulação entre as mesas:

Largura Aferida: _____ (0,90m)

Adequado () Não adequado ()

6. Área de circulação entre as mesas e o Quadro/Lousa para manobra de cadeira de rodas de 180°.

Espaço aferido entre as mesas e o Quadro/Lousa: _____ (1,50m espaço mínimo)

Adequado () Não adequado ()

BANHEIROS

1. Largura das portas dos banheiros

Largura Aferida: _____ (0,80m mínimo para estar dentro das normas).

Adequado () Não adequado ()

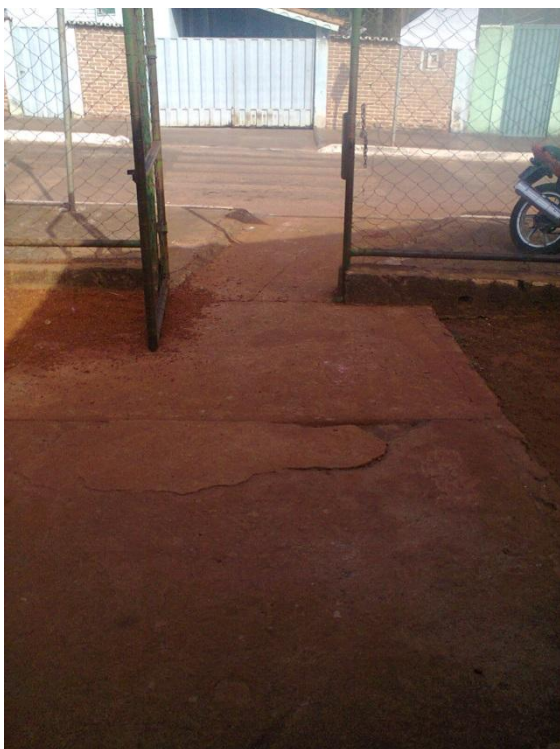
2. Medida interna dos banheiros. () Banheiro não Adaptado () Banheiro Adaptado

Largura Aferida: _____ (1,50m largura mínima)

Comprimento Aferido: _____ (1,50m comprimento mínimo)

Fotos.

Escola 1 entrada



Área de circulação



Entrada banheiro masculino

Escola 2 entrada



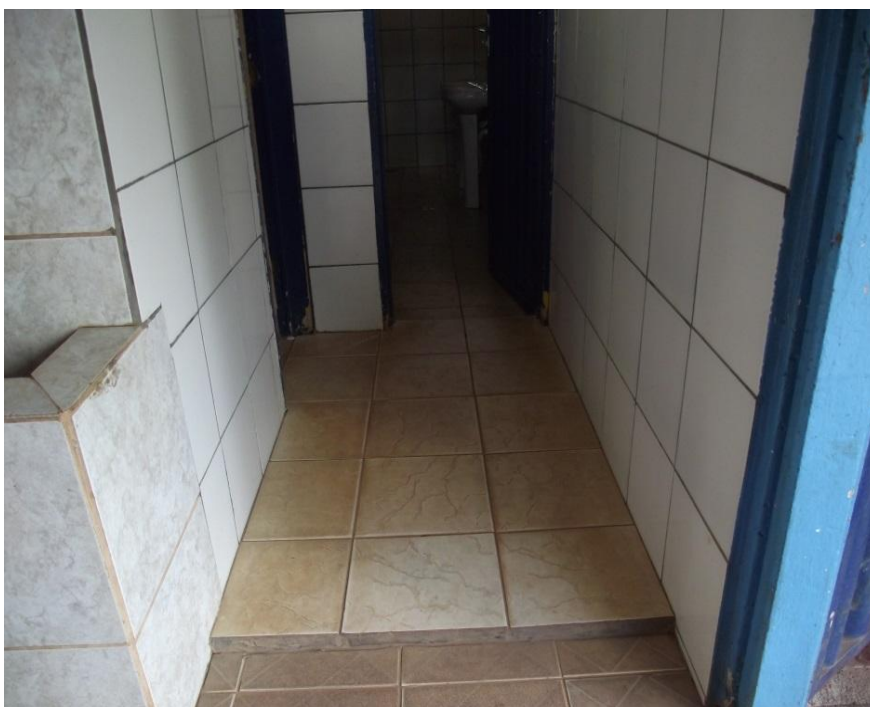
Espaço para educação física



Escola 3 entrada



Banheiro



Área de circulação

Escola 4 sala de aula



Área de educação física campo de areia



Entrada da escola

Escola 5 entrada



Área de circulação



banheiro